



## CONTRA O DESCOMISSIONAMENTO ARBITRÁRIO

**Sindicato percorreu diversas SRs e agências denunciando a retirada de função de centenas de gerentes PJ; liminar obtida pelo movimento sindical assegura incorporação de função**

O Sindicato percorreu no dia 5, em São Paulo, diversas superintendências e agências da Caixa para denunciar o descomissionamento arbitrário de centenas de gerentes PJ e mobilizar empregados na luta contra o desmonte imposto pelo governo ilegítimo de Temer no banco público (evidenciado nos processos de reestruturação e verticalização) que prejudica todo o conjunto dos trabalhadores da instituição, a população e o desenvolvimento do país.

A direção da Caixa estipulou meta de 200 pontos para que uma agência mantenha a função de gerente PJ, algo inalcançável para quem não possui carteiras consolidadas. Em sua verticalização, a Caixa tem priorizado clientes de alta renda, buscando atuar em segmentos já fidelizados

Além disso, ao priorizar clientes de alta renda, a direção do banco ignora a função da Caixa enquanto banco público e dá um tiro no próprio pé”, ressalta o dirigente do Sindicato e empregado da Caixa Danilo Perez.

**Liminar garante incorporação** – A desembargadora Maria Regina Machado Guimarães, vice-presidenta do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), deferiu liminar requerida pela Contraf-CUT e determinou imediata suspensão dos efeitos da revogação do RH 151 pela Caixa. O normativo assegura incorporação de função aos empregados descomissionados após pelo menos 10 anos no exercício do cargo.

A magistrada confirmou, em decisão do último dia 28, que o RH 151 – revogado pela direção do banco em novembro passado – é norma interna da Caixa e, por isso, incorpora o contrato de trabalho dos empregados, devendo ser respeitado. Dessa forma, o banco deverá aplicar o normativo interno, procedendo a incorporação da gratificação de função para os empregados quando houver dispensa da função sem justo motivo.

“Como sempre defendemos, não há amparo legal para acabar com a incorporação de função, pois, o RH 151 integra o nosso contrato de trabalho”, afirma Dionísio Reis, diretor do Sindicato e coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa). Para o dirigente sindical, “é fundamental que os trabalhadores se mobilizem cada vez mais para fortalecer a Caixa”.

No dia 7, representantes do Sindicato e da Apcef/SP estiveram reunidos com a Dired (Diretoria Regional) para tratar de verticalização e cobraram, além do cumprimento da liminar obtida na Justiça, esclarecimentos sobre o número real de empregados atingidos pelo descomissionamento. No encontro, a

diretora em exercício disse que apenas 40 gestores seriam afetados, mas o número apurado pelos dirigentes sindicais é bem maior. Ela ainda tentou minimizar o prejuízo aos empregados dizendo que a maioria recebeu a função de gerente de atendimento e negócios, cuja diferença de remuneração em relação ao gerente PJ acarretara uma redução da renda do empregado de 40%. “É importante que o trabalhador procure o sindicato e nos informe sua real situação”, conclui Dionísio Reis.

pelos bancos privados. Com isso, o encarteiramento de clientes com até R\$ 360 mil de faturamento anual, a maior parte da carteira PJ do banco público, gera poucos pontos. Após o descomissionamento dos gerentes PJ, o próximo alvo é a função de gerente PF.

“O descomissionamento arbitrário no âmbito da verticalização é mais um golpe não só contra os gerentes PJ, mas contra todo o conjunto de empregados da Caixa. É um ataque direto contra a renda e a carreira dos trabalhadores.



### Acordo prevê pagamento da PLR até 31 de março

A segunda parcela da PLR deve ser paga pela Caixa até o dia 31. O Sindicato tem cobrado a antecipação, o que ainda pode ocorrer até a data limite determinada pelo ACT em vigor, mas o pagamento ainda depende da publicação do balanço de 2017. A PLR é conquista da mobilização dos trabalhadores ao lado do movimento sindical e passou a ser paga pela Caixa em 2004.

Além disso, o banco público distribui, desde 2011, 4% do lucro líquido entre todos os empregados. Fruto da Campanha Nacional do ano anterior, a chamada PLR Social – que também deve ser paga até o dia 31 – leva em conta funções sociais da Caixa como o atendimento à população.

Na Caixa, a PLR é composta pela regra básica Fenaban (90% do salário base), parcela adicional (2,2% do lucro líquido dividido pelo número total de empregados em partes iguais) e PLR Social (conquista que garante a distribuição superior a 19% do lucro líquido para todos os trabalhadores da empresa).

**PCS 2008** – Os empregados da Caixa tiveram creditados no último dia 20, retroativos a janeiro, os reajustes da promoção por mérito. Conquista renovada ano após ano desde a Campanha Nacional de 2007, os deltas agregaram aumento de cerca de 2,34% nas remunerações do Plano de Cargos e Salários (PCS). De 87.635 trabalhadores do banco (em 31/12/2017), 83.985 eram promovíveis. Destes, 72.128 (85,9%) receberam deltas.

## Redução da meta na Funcef diminui 10% do benefício futuro dos participantes

**Haverá uma redução vitalícia do benefício. Diretora da Fenaec critica silêncio da direção do fundo de pensão**

Às vésperas do Natal passado, a Funcef publicou a decisão de reduzir a meta atuarial dos planos de benefícios, de 5,5% para 4,5%. A medida veio acompanhada da decisão de equacionar integralmente o déficit de 2016, sem aumento do prazo, o que significa uma nova e substancial contribuição extraordinária que pesará no bolso dos participantes.

Na prática, o ajuste reduz o compromisso dos dirigentes com a rentabilidade, que ficará menor e cada vez mais próxima da oferecida pelos títulos públicos. O custo, que sairá do bolso do participante, é mais

R\$ 6,6 bilhões em reservas.

“Sentiremos o custo dessa decisão na hora da aposentadoria. Para quem já está aposentado, a conta chegará antes”, alerta Fabiana Matheus, diretora da Fenaec e candidata da Chapa do Participante para a Diretoria Executiva da Funcef.

“Os gestores da Funcef procuram trabalhar num patamar mais baixo para não serem cobrados por rentabilidade e, com isso, transferem aos participantes os riscos da perda de benefícios”, acrescenta. Dados do Balanço de outubro de 2017, último disponível, mostram que os inves-

timentos em Renda Fixa (7,24%) tiveram rentabilidade abaixo dos Investimentos de Renda Variável (9,60%) e Investimentos Estruturados (9,03%).

**Aposentados prejudicados** - O maior impacto da redução da meta atuarial será sentido pelos aposentados ou por aqueles que já estão para se aposentar. No Novo Plano e no REB, a mudança poderá provocar redução nas cotas individuais dos ativos, que ainda se encontram na fase de acumulação de reservas. Muitos participantes nem perceberão a oscilação das cotas, mas quando forem se aposentar, o cálculo do benefício refletirá a redução da reserva constituída.

**Quebra da paridade do Não Saldado** - A Funcef confirmou, ainda, a quebra da paridade em equacionamento do Não Saldado, no mês passado, o que significa que os participantes vão pagar mais que a Caixa para sanar o desequilíbrio do plano. “Essa medida demonstra a total irresponsabilidade dos diretores da Funcef. Eles estão mais preocupados em defender os interesses da Caixa, deixando os participantes numa situação muito difícil”, afirma Fabiana Matheus. Vinte e seis Apcefs ingressaram com ação coletiva na Justiça com o objetivo de manter a paridade no equacionamento do REG/Replan Não Saldado para evitar que a atual gestão da Funcef acabe com mais um direito do participante.



## Voto é conquista na eleição da Funcef!

As eleições de abril na Funcef - nas quais serão eleitos (para um mandato de quatro anos) três diretores, dois participantes do Conselho Deliberativo e seus suplentes, e um participante do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente - são uma conquista histórica dos trabalhadores. A luta para hoje poder eleger os representantes dos participantes no corpo diretivo do fundo de pensão demandou mais de

20 anos e teve participação direta de integrantes da Chapa do Participante.

Desde 2002, os participantes conquistaram o direito de votar em representantes dos empregados para compor a Diretoria Executiva e os Conselhos Deliberativo e Fiscal.

“São pessoas comprometidas com os interesses dos participantes. Lutamos pela democratização da gestão e pela

transparência na Fundação, pelo fortalecimento do processo eleitoral e representatividade dos empregados nas instâncias”, reforça Kardec de Jesus Bezerra, diretor-presidente da Apcef/SP.

Nestas eleições, mesmo com decisões lamentáveis da Comissão Eleitoral da Funcef, é preciso que o processo eleitoral seja pautado pela transparência e respeito às regras que foram amplamente divulgadas no Edital e no Regulamento da Eleição.

“Hoje, o lugar de representação do participante é indissociável da defesa de conquistas históricas ameaçadas, de uma Caixa forte e 100% pública. A Chapa do Participante é a dos representantes legítimos dos participantes, da transparência e da luta pelo fortalecimento da Funcef”, enfatiza o dirigente sindical Valter San Martin, que concorre pela chapa ao Conselho Deliberativo.

**A ameaça do PLP 268/16** - Uma das maiores ameaças às eleições na Funcef é o Projeto de Lei Complementar (PLP) 268, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. A proposta impede o



processo de eleição para a Diretoria Executiva e reduz a atuação de participantes nos Conselhos.

Além disso, uma série de medidas dentro e fora da Funcef dão sinais de que o fundo de pensão está sendo enfraquecido com a intenção de reduzir o passivo da Caixa, abrindo caminho para sua privatização.

Sob gestão privada, a Funcef seguirá regras do segmento e certamente a patrocinadora deixará de contribuir paritariamente em nome dos participantes, aposentados e ativos.

Com isso, vantagens dos planos de benefício como a paridade, percentual de contribuição, Fundo de Revisão de Benefício (FRB) e gestão paritária deixarão de existir. A própria Funcef, inclusive, pode estar ameaçada.

## Redução da meta atuarial prejudica quem aderir ao PDE

A Caixa Econômica Federal iniciou, no último dia 23, mais um plano de demissão em meio ao desmonte do banco que está sendo preparado pelo governo ilegítimo de Temer. A Fenaec adverte: quem tiver interesse em aderir ao Plano de Desligamento de Empregado (PDE) precisa estar bem informado antes de tomar a decisão. “A primeira coisa que as pessoas precisam saber é que quem sair pelo PDE terá uma redução vitalícia do benefício, pois será impactado pela diminuição da meta nos planos de benefícios da Funcef por conta da redução da meta atuarial feita pela diretoria da Fundação”, explica a diretora de Saúde e Previdência da Fenaec, Fabiana Matheus.

Fabiana questiona o silêncio da direção da Funcef, que poderia ter alertado os participantes já no momento do PDE do ano passado. “Se havia intenção de reduzir a meta, porque a diretoria se calou até a decisão, impedindo que os participantes avaliassem sua situação no cálculo do plano de demissão de 2017?”.

## Na eleição da Funcef, vote na Chapa do Participante!

O Sindicato apoia a Chapa do Participante na eleição da Funcef, que ocorrerá nos dias 2, 3 e 4 de abril. A chapa é composta por representantes de diversos segmentos de trabalhadores da Caixa que reúnem forças capazes de restituir o poder de voz e voto de todos os ativos e aposentados dentro da Funcef.

“Nossa luta e mobilização em defesa dos bancos públicos se mantém nessa conjuntura de golpe e retirada de direitos. Ter a Caixa 100% Pública é um importante instrumento de política econômica e de promoção do desenvolvimento econômico e social. Por isso, apoiamos a Chapa do Participante para manter nossa representação forte, com-

prometida e organizada”, ressalta a presidenta do Sindicato, Ivone Silva.

**A Chapa do Participante é composta pelos seguintes candidatos:**

- Diretoria Executiva: Fabiana Matheus (SP), Emanuel Souza de Jesus (BA) e Álvaro Augusto Hale (DF);
- Conselho Deliberativo: Selim Antônio de Salles Oliveira (MG), Valter San Martin Ribeiro (SP), Alana Cristina Gomes da Silva (SC, Suplente) e Celeste Cássia da Fonseca (DF, Suplente);
- Conselho Fiscal: Carlos Augusto da Silva (SP) e Túlio Roberto Nogueira Menezes (CE, Suplente).

**As principais propostas da Chapa do Participante são:**

- Rever no mais curto prazo possível a Redução da Meta Atuarial, que contemple as diferentes características de cada plano;
- Apresentar voto para cobrança do contencioso judicial da patrocinadora (Caixa Federal), de valores provisionados e executados - por meio negociado ou por ações de regresso;
- Denunciar o risco de sobrevivência dos planos aos órgãos reguladores e instâncias competentes, se não solucionado o Contencioso (hoje a maior causa isolada do déficit dos planos de benefícios da Funcef).

- Restabelecer paridade, entre patrocinadora e participante, no equacionamento do REG/Replan não saldado, apresentando voto para ingresso de ação com o objetivo de anular as consequências do TAC e defender, de forma inegociável, o direito à paridade em todos os níveis e em todos os planos da Funcef.

Além disso, a Chapa do Participante tem o compromisso de criar o comitê permanente “Caixa pública, Funcef Forte” para agir de forma contundente e impedir que os empregados da Caixa e participantes da Funcef percam tantos direitos conquistados pelos trabalhadores.

## Para votar no pleito de abril, é preciso se cadastrar!

As eleições da Funcef serão nos dias 2, 3 e 4 de abril. Pelas novas regras da comissão eleitoral, os participantes, na ativa e assistidos, não poderão mais votar por telefone nem pelo SISRH da Caixa, o que contraria os princípios democráticos do pleito.

A definição da internet como única plataforma de votação se dará, exclusivamente, pelo Autoatendimento no site ([www.funcef.br](http://www.funcef.br)) ou aplicativo da Funcef (disponível na Apple Store ou na Play Store).

Para votar, os participantes deverão, obrigatoriamente, cadastrar um e-mail ou atualizar seu cadastro na Funcef. Ele é necessário para gerar a senha de acesso ao Autoatendimento.



**Se o participante ainda não tem e-mail cadastrado no portal, poderá fazê-lo:**

✓ **Pelo Fale Conosco, no site da Funcef ([www.funcef.br](http://www.funcef.br));**

✓ **Pela Central de Relacionamento, no telefone 0800 706 9000 (de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h);**

✓ **Presencialmente, na Funcef, em Brasília, ou nas representações regionais (de segunda à sexta-feira, das 9h às 18h).**

# Luta continua na defesa da Caixa 100% Pública!

**Resistência é necessária neste ano de eleições presidenciais e ameaças privatistas de pré-candidatos**

Neste ano de eleições presidenciais, ameaças privatistas de muitos dos candidatos e continuação do desmonte do país pelo governo ilegítimo de Temer é necessário, mais do que nunca, resistir e lutar! Em 2017, graças à resistência dos bancários e da população – por meio de participação em audiências públicas, ato contra o fechamento de agências e mobilizações em defesa dos bancos públicos – o Conselho de Administração da Caixa desistiu de transformar o banco em sociedade anônima, ou seja, o fim da Caixa 100% Pública para os trabalhadores e o país.

Mesmo com a vitória no fim do ano passado, o fantasma das ameaças privatistas voltou este ano, seja por parte do governo Temer, seja por meio de promessas dos pré-candidatos à Presidência Geraldo Alckmin, Jair Bolsonaro e Henrique Meirelles. O governador de São

Alex Silva



Paulo, do partido da Privatária Tucana, por exemplo, manifestou o desejo de, se eleito, começar a privatização pela Caixa, banco bastante rentável.

Uma outra luta dos trabalhadores e dos sindicatos é a da campanha salarial deste ano, a primeira desde a implantação da deforma trabalhista, já que o acordo de dois anos da CCT resiste ao processo de precarização ainda maior dos empregos e retirada de conquistas históricas da classe trabalhadora. O desafio de um acordo específico é ainda maior, diante de um cenário de desmonte do país e pré-eleitoral.

Por isso, é mais do que necessária a

mobilização de trabalhadores, sindicatos e população em defesa dos bancos públicos. Onde tem banco público tem desenvolvimento!

“A Caixa é o banco da habitação, do Minha Casa Minha Vida, do FGTS, do FIES, do Bolsa Família, do crédito rural. É, ainda, o banco do saneamento básico, da aposentadoria, dos trabalhadores, dos municípios, da cultura, esporte, saúde, infraestrutura e do desenvolvimento do país. Atua em regiões nas quais bancos privados não têm interesse. Tudo isso só é possível pelo fato de ser um banco 100% público”, lembra o dirigente sindical e empregado da Caixa Francisco Pugliesi.

## Ataques aos trabalhadores e à Caixa não cessam

O governo Temer, na recente onda de ataques aos trabalhadores e à Caixa, continua engajado em desvalorizar a instituição, favorecendo, assim, o mercado financeiro privado. Se por um lado houve uma vitória contra a Caixa se tornar S/A, por outro o novo estatuto trouxe o teto para os gastos com o Saúde Caixa e a limitação da PLR, temas que nem deveriam ser tratados no regimento.

Além disso, existe uma imposição do governo que retira direitos conquistados por meio da publicação de resoluções da Comissão Intermunicipal de Participações Societárias da União (CGPAR) que limitam o desembolso das empresas públicas com os planos de saúde oferecidos aos seus empregados.

Conforme estatuto aprovado recentemente, o teto para os gastos com o plano de saúde foi estipulado em 6,5% da folha de pagamento e proventos, excluída a parcela do INSS repassada pela Funcef. A resolução da CGPAR, no entanto, impõe como limite as despesas que a empresa teve com saúde no ano anterior acrescidas de 10%, ou 8% da folha, o que fosse menor. Neste caso, para o Saúde Caixa ela poderá ser menor ainda que a determinação do estatuto, a depender do valor a ser apurado em 2017.

“O Saúde Caixa é uma conquista dos empregados que tem solidariedade, ou seja, não aumenta com a idade dos trabalhadores nem com o tempo de serviço e é altamente sustentável para a saúde dos trabalhadores, que estão adoecendo cada vez mais por responsabilidade do banco”, salienta Ricardo Terrível, dirigente sindical e empregado da Caixa. “Os empregados têm de se mobilizar na luta em defesa dos direitos e contra os sucessivos golpes do governo Temer”, complementa o dirigente.

## Povo na rua, Congresso recua e suspende reforma da Previdência

Bancários e outras categorias de trabalhadores saíram às ruas de todo o país no último dia 19 contra a reforma da Previdência e a retirada de direitos. Sem apoio necessário para aprovação da proposta que acabaria com a aposentadoria dos trabalhadores, sem credibilidade e arrastando o país para o fundo do poço, o governo Temer inventou uma intervenção militar no Rio de Janeiro para poder suspender a votação no Congresso. O recuo do governo, no entanto, é uma vitória dos movimentos sindical e social!

Em São Paulo, Osasco e Região, bancários pararam diversas agências. A paralisação foi definida em assembleias nos locais de trabalho nos dias 8, 9, 14 e 15 de fevereiro. No Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência, os dirigentes sindicais debatem com trabalhadores os riscos da proposta e a perda de direitos imposta pela lei trabalhista de Temer.

“Nossa categoria é de luta e não aceita mais retrocessos. Em outras greves os bancários já deixaram claro seu



Roberto Parzifiti

descontentamento com as mudanças na lei trabalhista e o risco de perder a aposentadoria”, afirma a presidenta do Sindicato, Ivone Silva. “O governo teria muitas outras saídas para fazer ajuste fiscal e acertar as contas do país: taxar grandes fortunas, cobrar sonegadores, acabar com a evasão de divisas e os privilégios dos mais ricos. Mas não, só quer retirar direitos de quem trabalha e constrói a riqueza do nosso país. Isso não vamos aceitar”, completou.